



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
DEA/CGPLAM/DLOG/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 9228075/2020-DEA/CGPLAM/DLOG/PF

Processo nº 08200.016378/2020-32

HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
01/09/2020	1.0	Finalização da primeira versão do documento	PCF Alexandre da Silva Ordacgy
15/09/2020	1.1	Finalização da segunda versão do documento. Baseada nas orientações da AGU.	PCF Alexandre da Silva Ordacgy e AADM Hadrienne da Silva Coelho
24/09/2020	1.2	Finalização da terceira versão do documento. Formatação do texto para fase externa. Sem alteração de conteúdo.	AADM Hadrienne da Silva Coelho

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO Nº 08200.016378/2020-32

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Constitui-se como objeto a solução composta do pacote de softwares para permitir a elaboração de projetos de arquitetura e engenharia, sob a orientação da metodologia de Modelagem de Informações de Construção (Building Information Modeling – BIM), visando ao atendimento das necessidades da Divisão de Engenharia e Arquitetura da Polícia Federal (DEA), em Brasília/DF, e dos Grupos Técnicos em Edificação (GTED) nas Unidades Descentralizadas, nos estados da federação, em projetos de infraestrutura de seus edifícios sede e suas delegacias, unidades e postos descentralizados, conforme condições, quantidades e descrições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

2.1.1. A DEA/CGPLAM/DLOG/PF é a Unidade da Polícia Federal responsável pela concepção dos projetos de engenharia e arquitetura da Polícia Federal e pela fiscalização e/ou orientação das descentralizadas, por meio de seus GTED (Grupos Técnicos de Edificação), em todos os serviços de engenharia/obras contratados pelo órgão.

2.1.2. A Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, que define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia Federal e as atribuições de seus dirigentes, assim prevê:

"Art. 154. À Divisão de Projetos de Edificações e Obras compete:

I –planejar, orientar, controlar e avaliar a execução e a implementação de projetos de engenharia e arquitetura de interesse do DPF, relativos a novas obras e serviços de engenharia (construção, ampliação, reforma, adaptação, reparação, restauração, conservação, demolição e remoção de benfeitorias e instalações) e reformas, com base na legislação em vigor;

II –elaborar estudos e definir prioridades para a construção, locação e reformas de instalações das unidades do DPF;

III –elaborar estudos e estabelecer propostas de padronização de leiautes e de racionalização das condições ambientais;

IV –acompanhar o processo de elaboração do Planejamento Orçamentário do DPF, fornecendo informações técnicas da sua área de atuação;

V –gerenciar os recursos disponíveis para as obras;

VI –controlar, acompanhar e avaliar os materiais e serviços necessários à padronização na execução dos projetos;

VII –elaborar os planos anuais de reformas das instalações em consonância com as demandas recebidas das unidades do DPF;

VIII –promover o controle estatístico dos dados e a consolidação das informações relacionadas à sua atribuição, tendo em vista subsidiar a gestão do Coordenador-Geral da CPLAM/DLOG com base nas informações advindas das unidades descentralizadas.

Parágrafo único. Cada Unidade Gestora –UG descentralizada será responsável pelo acompanhamento das atividades relativas a projetos, construção, ampliação, reforma, adaptação, reparação, restauração, conservação, demolição e remoção de benfeitorias e instalações, em articulação com a DEOB/CPLAM/DLOG, no âmbito de suas Superintendências Regionais."

2.1.3. Os GTED integram a estrutura das Superintendências Regionais e estão subordinados tecnicamente e doutrinariamente à DEA e administrativamente ao Superintendente Regional. Eles são responsáveis pela elaboração e fiscalização dos projetos de engenharia e arquitetura em suas sedes.

2.1.4. É importante ressaltar que os servidores lotados no GTED desenvolvem projetos e obras relacionadas à engenharia e arquitetura utilizando ferramentas de desenho tipo CAD (Computer Aided Design) e, portanto, ocorrem trocas de arquivo entre órgãos governamentais. Esses arquivos, por sua vez, são gerados em ferramentas que também são do tipo CAD.

2.1.5. É importante ressaltar que o uso da licença da ferramenta AutoCAD não se encontra uniformizada entre os GTED, estando algumas Superintendências com suas licenças em dia, atualizadas, e outras com licenças vencidas ou sem licenças, devido às dificuldades de cada Unidade diante da situação orçamentária, logística ou afeta aos recursos humanos.

2.1.6. A DEA já possui licenças Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, objeto da presente contratação, adquiridas em 2018, num total de 20 (vinte) licenças, o que representa o estado da arte no que tange à modelagem de projetos de engenharia e arquitetura em organizações pública e privadas por todo o mundo.

2.1.7. Ao executar suas obras, a PF comunica-se com as empresas contratadas recebendo desenhos elaborados em meio eletrônico e como consequência, em geral, ocorrem dificuldades de leitura de arquivos recebidos, devido a desatualização das licenças de software AutoCAD existentes nas Unidades Descentralizadas da PF. Tais dificuldades provocam atrasos no acompanhamento de obras, serviços e fornecimento de materiais.

2.1.8. Nesse contexto, torna-se clara a necessidade em atualizar e ampliar, devido ao crescimento das demandas de engenharia, a quantidade e as versões da Autodesk já em uso no órgão e ainda incluir novas ferramentas compatíveis com a atualmente utilizada AutoCAD, visando manipular imagens em compatibilidade com projetos já desenvolvidos, bem como desenvolver novos modelos conceituais realistas, tendo como objetivo a constante melhoria de desempenho das atividades, oferecendo de maneira mais ágil e com eficiência, o suporte necessário aos mecanismos de tomada de decisão.

2.1.9. Outro ponto importante que justifica a necessidade de atualização da referida ferramenta é o disposto no [DECRETO Nº 9.983, DE 22 DE AGOSTO DE 2019](#), o qual dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling, e no [DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020](#), o qual estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

2.1.10. O BIM consiste em uma nova forma de trabalhar e projetar, que melhora a produtividade e o fluxo de trabalho. Ao facilitar a comunicação e a coordenação das equipes, o BIM consegue reduzir o risco de erros de projeto.

2.1.11. O BIM vem sendo utilizado amplamente no mercado global, proporcionando uma maior produtividade às equipes, com consequente redução de custos de elaboração dos projetos e da execução das obras uma vez que evita, em grande parte, a necessidade de revisões durante a construção devidas a dificuldades de identificação de erros na fase de projeto observadas, atualmente, no sistema CAD.

2.1.12. Outra vantagem do Sistema BIM em relação ao CAD é que o primeiro permite o levantamento automático de quantitativos de projeto, acelerando o processo de precificação de obras em Editais e reduzindo a ocorrência de erros desses cálculos.

2.1.13. Os softwares que utilizam o conceito BIM permitem ainda integrar os dados com outros softwares específicos de engenharia voltados à elaboração de orçamentos e especificações básicas de obras. O processo BIM, uma vez implementado, poderá ainda servir de base para gerenciamento de patrimônio, manutenção e de operação predial, reduzindo custos com melhor aproveitamento dos ativos.

2.1.14. Diante do exposto, a presente licitação visa fornecer aos servidores que atuam nas áreas técnicas de engenharia e arquitetura da DEA e dos GTED ferramentas tecnológicas que facilitem, aprimorem e agreguem qualidade aos serviços institucionais prestados, bem como agilidade aos projetos desenvolvidos no âmbito da Polícia Federal.

2.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Id	OBJETIVO ESTRATÉGICO DO REQUISITANTE	Id	AÇÕES ELENCADAS NO PDTI
9.7	Plano Estratégico 2010/2022 9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais 9.7.1. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura 15895526	SST32	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o triênio de 2017 a 2019 Contratar licença para software a ser utilizado nos projetos da área de engenharia 9.7 - Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais Tema 4 - PF - DLOG 15895529

ALINHAMENTO AO PAC 2020

Sendo providenciado pela CGAD/DLOG/PF.

2.3. Estimativa da Demanda

ITENS	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	LOCALIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	TOTAL POR ITEM
1	Assinatura de licenças Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, Usuário Nomeado Standard, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.	Brasília/DF	un.	50

2.4. Parcelamento da Solução de TIC

2.4.1. Não é possível o parcelamento da solução, devendo ser fornecida de uma só vez, de forma a atender uniformemente todas as Unidades Técnicas da PF.

2.4.2. Não apresenta vantajosidade financeira, nem justificativa técnica ou estratégica, a aquisição, em separado, de cada um dos softwares que compõe o pacote objeto da presente contratação.

2.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

2.5.1. Torna-se clara a necessidade em atualizar e ampliar, devido ao crescimento das demandas de engenharia, a quantidade e as versões da Autodesk já em uso na Polícia Federal e ainda incluir novas ferramentas compatíveis com a atualmente utilizada AutoCAD, visando manipular imagens em compatibilidade com projetos já desenvolvidos, bem como desenvolver novos modelos conceituais realistas, tendo como objetivo a constante melhoria de desempenho das atividades, oferecendo de maneira mais ágil e com eficiência, o suporte necessário aos mecanismos de tomada de decisão.

2.5.2. Outro ponto importante que justifica a necessidade de atualização da referida ferramenta é o [DECRETO Nº 9.983, DE 22 DE AGOSTO DE 2019](#), o qual dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling, e o [DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020](#), o qual estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

3.1. Tendo em vista a justificativa contida no item 2, além do entendimento dos critérios de necessidade da DEA e dos GTED, faz-se necessária a aquisição de licenças adicionais do software Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection (licença Usuário Nomeado Standard) como um conjunto de ferramentas de BIM integradas, que inclui os softwares Revit, AutoCAD e Civil 3D, além de softwares de análise, renderização, captura da realidade, dimensionamentos técnicos e outros especializados.

3.2. Durante o período contratado, de 36 (trinta e seis) meses, deverão ser oferecidos suporte técnico, atualizações, correções de problemas e gerenciamento de licenças, relacionados aos produtos adquiridos e mantidos.

3.3. As licenças deverão garantir o acesso a novas versões dos produtos relacionados, bem como todas as atualizações de segurança e pacotes de correção de problemas, durante o período contratado.

3.4. Para as licenças adquiridas ou novas versões, deverá ser fornecido o link para acesso às mesmas para download por meio da rede mundial de computadores (Internet).

3.5. A CONTRATADA, para o fornecimento dos programas de computador, deve comprovar que está apta a fornecer os mesmos por meio de carta do fabricante, atestando tal condição.

3.6. Serviços que compõem a solução

ITENS	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	IDENTIFICAÇÃO CATSER	TIPO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Assinatura de licenças Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, Usuário Nomeado Standard, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.	27502	Usuário Nomeado Standard	un.	50

3.7. Assinatura de licenças “Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, Usuário Nomeado Standard”, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo as últimas versões disponíveis dos seguintes softwares, além das descritas no site <https://www.autodesk.com.br/collections/architecture-engineering-construction/included-software?plc=AECCOL&term=3-YEAR&support=ADVANCED&quantity=50::>

3.7.1. AutoCAD®

3.7.2. AutoCAD® Civil 3D

3.7.3. AutoCAD® Map 3D

3.7.4. AutoCAD® Raster Design

3.7.5. Autodesk® Revit®

3.7.6. Autodesk® 3ds Max

3.7.7. Autodesk® Navisworks® Manage

3.7.8. Recap 360 Pro

3.7.9. Infracore 360

3.8. Descrição sucinta dos softwares

3.8.1. AutoCAD: software para projetos 2D e 3D, com ferramentas de projeto CAD.

3.8.2. AutoCAD Civil 3D: software voltado a projetos de infraestrutura de engenharia civil, com ferramentas de CAD e recursos de geoprocessamento incorporados, voltado a usuários envolvidos com modelos digitais de terrenos, projetos de loteamentos, topografia, ferramentas para geotecnica, manobras de veículos (Vehicle Tracking), pavimentação, terraplenagem, drenagem pluvial, abastecimento de água, esgoto e análise ambiental.

3.8.3. AutoCAD Map 3D: software de mapeamento que ajuda no planejamento e análise de modelos de infraestrutura e de gestão. Ajuda a integrar dados CAD e GIS com ferramentas que integram os diversos formatos utilizados em geoprocessamento.

3.8.4. AutoCAD Raster Design: software de OCR para conversão de formato raster para formato vetorial AutoCAD. Recursos de edição e limpeza de imagens, manipulação de entidades raster, ferramentas de vetorização. Gerenciamento e exibição de imagens georreferenciadas.

3.8.5. Autodesk Revit:

3.8.6. Autodesk Revit para arquitetura (Revit Architecture) – possibilita aos arquitetos e aos projetistas melhor desenvolver projetos de arquitetura com mais rigor e qualidade. Permite a visualização das funcionalidades utilizando ferramentas de projeto de arquitetura desenvolvidas para apoiar os fluxos de trabalho do Modelo de Informação da Construção (BIM). Melhora a análise e os conceitos do projeto, da documentação e da construção.

3.8.7. Autodesk Revit para engenharia estrutural (Revit Structure) - proporciona ferramentas específicas para projetos de estruturas. Melhora a coordenação multidisciplinar da documentação de projeto de estruturas, minimiza erros e melhora a colaboração entre equipes de projeto de construção.

3.8.8. Autodesk Revit para engenharia de instalações (Revit MEP) - Ferramenta para engenheiros mecânicos, eletricitas e profissionais de hidráulica para utilizarem o BIM. Auxilia na condução de projetos, análises e documentação dos sistemas de edifícios eficientes desde a conceitualização até a construção. Apoiam o projeto durante o ciclo de vida do edifício.

3.8.9. Autodesk 3ds MAX: software com ferramentas integradas para modelagem, animação e renderização em 3D.

3.8.10. Autodesk Navisworks Manage: software de análise de projeto para coordenação (3D), planejamento (4D/5D), visualização fotorrealística, simulação dinâmica e análise precisa. A solução permite criar um modelo de projeto, integrando o conceito de projeto e informação da construção, incluindo complexos modelos de informação de construção (BIM), Prototipagem Digital e os dados processuais. Com o software de análise de projeto Autodesk Navisworks, pode-se colaborar, coordenar e comunicar de forma mais eficaz para reduzir os problemas durante o projeto e construção.

3.8.11. Autodesk ReCap Pro: é uma família de softwares e serviços na nuvem para captura da realidade que simplifica o processo de criação de projetos 3D de objetos e ambientes físicos, usando digitalizações ou fotos (os clientes trazem o local real da obra ou objetos físicos para dentro de seu processo de projeto e engenharia).

3.8.12. Infraworks 360: software que oferece um sistema de criação interativa em tempo real que permite visualizar dados geoespaciais 3D, criar, analisar, gerenciar e distribuir modelos de forma eficiente. Integra dados geoespaciais 2D e 3D, como dados do terreno de larga escala, construções de bloco, mapas de textura e assim por diante, em modelos de cidade que podem ser visualizados de forma dinâmica.

3.9. Descrição Sucinta dos Treinamentos à Distância (EAD)

3.9.1. Para agilizar o retorno do investimento na aquisição dos softwares, para cada licença adquirida deverá ser disponibilizado, **sem custos adicionais à contratação**, cursos à distância (EAD) referentes às principais ferramentas da AEC Collection (AutoCAD, Revit, Civil 3D, Navisworks e Infraworks), utilizando o conceito Building Information Modeling (BIM).

3.9.2. Os cursos deverão ser disponibilizados em portal na Internet personalizado para a DEA e para os usuários por ela designados e atuantes nos GTED de toda a PF, com conteúdos programáticos equivalentes aos respectivos cursos presenciais e incluindo, no mínimo, os tópicos descritos no Anexo 1 (15895561).

3.9.3. O portal dos cursos deverá ficar disponível aos usuários nomeados dos softwares correspondentes pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da instalação dos softwares aos usuários.

3.9.4. A empresa licitante deverá comprovar que os cursos à distância foram formatados por profissionais certificados pela fabricante.

3.9.5. Os vídeos deverão ser confeccionados para uso somente na modalidade EAD, sendo vedado o aproveitamento de gravação de aulas presenciais.

3.9.6. A licitante deverá disponibilizar técnicos capacitados a esclarecer dúvidas relativas aos EaD disponibilizados, bem como ao uso da plataforma EAD. As dúvidas deverão ser sanadas em até 48 (quarenta e oito) horas, não contando os sábados, domingos e feriados nacionais.

3.9.7. Os EaD deverão incluir a disponibilização de material didático em formato PDF contendo os conteúdos explanados.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os softwares a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, assim definidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Portanto, a contratação deverá ser licitada pela modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos de Negócio

5.1.1. A aquisição do pacote de softwares atende aos dispositivos contidos no [DECRETO Nº 9.983, DE 22 DE AGOSTO DE 2019](#), o qual dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling, e no [DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020](#), o qual estabelece a utilização do Building Information Modelling na execução direta ou indireta de obras e serviços de engenharia realizada pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, no âmbito da Estratégia Nacional de Disseminação do Building Information Modelling - Estratégia BIM BR, instituída pelo Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019.

5.1.2. Acrescenta-se que, devido à necessidade essencial em agilizar a entrega dos serviços do setor, tem-se o desenvolvimento de projetos complexos, gerando elementos específicos de instalações (luminotécnico, hidráulico e elétrico), relatórios e quantitativos de cada elemento. Por isso, o software Revit, integrado ao Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, se torna indispensável. E, ainda, projetos desenvolvidos em conjunto com outros órgãos e concessionárias de serviço público, como com a Concessionária RioGaleão, que administra o Aeroporto Internacional Tom Jobim no Rio de Janeiro/RJ, são produzidos utilizando esse mesmo software.

5.2. Requisitos de Capacitação

5.2.1. A CONTRATADA deverá oferecer, sem ônus para a Polícia Federal, Cursos à Distância (EAD) em AutoCAD, Revit Arquitetura Básico, Revit Estrutura, Revit MEP Hidrossanitário e Incêndio, Revit MEP Elétrico e Mecânico, Revit Avançado, AutoCAD Civil 3D, InfraWorks e NavisWorks, para cada licença adquirida, pelo período de 12 (doze) meses, com direito a certificados de participação.

5.2.2. A necessidade da capacitação se deve à complexidade da solução, o que torna difícil a assimilação de forma intuitiva e autodidata. É premente, para a criação de projetos substanciais, que se tenha um profundo conhecimento nas ferramentas que integram a solução.

5.2.3. A capacitação se dará no formato EaD, conforme apresenta o Anexo I - Especificações e Conteúdo Programático (15895561), que também aponta detalhes sobre carga horária, material didático e ambiente tecnológico.

5.3. Requisitos Legais

5.3.1. As normas definidas no Decreto nº 9.983, de 22 de agosto de 2019, instituem os requisitos legais com as quais a solução está em conformidade. Esse decreto dispõe sobre a Estratégia Nacional de Disseminação do BIM - Building Information Modelling e institui o Comitê Gestor da Estratégia do Building Information Modelling.

5.4. Requisitos de Manutenção

5.4.1. O fabricante das licenças deverá dar atendimento de suporte total durante todo o período de suporte e atualizações.

5.5. Requisitos Temporais

5.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer as licenças do pacote de softwares, objeto da presente contratação, de uma só vez, entrega única, no prazo de entrega estipulado neste documento.

5.6. Requisitos de Segurança

5.6.1. Esse requisito não se aplica, visto que as normas, boas práticas e políticas observadas na contratação já foram supramencionadas.

5.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

5.7.1. Quando possível, os materiais físicos devem ser entregues sem embalagens. Caso não seja possível, deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

5.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

5.8.1. Esse subitem não se aplica a solução de TIC tratada neste documento.

5.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

5.9.1. Não se aplica. A entrega do objeto se dará de uma só vez.

5.10. Requisitos de Implantação

5.10.1. De acordo com a Tabela 1 desse documento, Serviços que Compõem a Solução, o fornecimento do pacote de softwares BIM se dará de uma só vez.

5.11. Requisitos de Garantia

5.11.1. O início do período de garantia dar-se-á na data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo. O fabricante das licenças deverá dar atendimento de suporte total durante os 36 (trinta e seis) meses de suporte e atualizações.

5.11.2. Não será exigida Garantia de Execução por se tratar de uma entrega de licenças de software que serão liberados para o uso e assim será aceita após as conformidades e emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.12. Requisitos de Experiência Profissional

5.12.1. Os profissionais devem apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em favor da empresa licitante, comprovando que a licitante tenha executado satisfatoriamente projetos de Consultoria Técnica em Projeto Piloto do BIM, juntamente com o fornecimento de licenças AEC (Architecture Engineering Construction Collection).

5.12.2. Quanto à capacitação, deverá ser ministrada por profissionais certificados pelo fabricante.

5.12.3. A CONTRATADA deverá apresentar comprovação de que é revenda autorizada Autodesk, possuindo, no mínimo, nível “Gold” junto ao fabricante, dada a complexidade que o objeto requer.

5.13. Requisitos de Formação da Equipe

5.13.1. A capacitação deverá ser ministrada na modalidade EAD por profissionais certificados pelo fabricante de acordo com curso especificado.

5.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

5.14.1. Os requisitos de Metodologia de Trabalho estão definidos no Anexo I - Especificações e Conteúdo Programático (15895561) deste documento.

5.15. Requisitos de Segurança da Informação

5.15.1. A Segurança da Informação na contratação da solução de TIC deve propiciar a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**6.1. São obrigações da Contratante:**

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.5. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.1.6. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração.

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos, problemas de funcionamento e instalação;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar formalmente preposto apto a ~~para~~ representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

7.1.7. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

7.1.8. reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

7.1.9. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

7.1.10. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

7.1.11. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato;

7.1.12. aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

7.1.13. comunicar previamente à CONTRATANTE, por escrito, a ocorrência de qualquer fato impeditivo ou relevante à execução do contrato, sem prejuízo de prévia comunicação verbal dos fatos, caso a situação exija imediata providência por parte do CONTRATANTE;

7.1.14. responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução do contrato;

7.1.15. assumir que o PERÍODO DE SUPORTE E ATUALIZAÇÕES das licenças será de 36 (trinta e seis) meses, que deverá constar na Proposta Comercial da CONTRATADA, observado o prazo mínimo exigido neste Termo de Referência;

7.1.16. assumir que o início do PERÍODO DE GARANTIA dar-se-á na data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO;

7.1.17. assumir que o FABRICANTE das licenças deverá dar atendimento de suporte total durante todo o PERÍODO DE SUPORTE E ATUALIZAÇÕES.

7.1.18. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

7.1.19. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. Rotinas de Execução

8.1.1. Durante o período contratado, deve ser oferecido o suporte técnico, atualizações, correções de problemas e gerenciamento de licenças, relacionados aos produtos adquiridos e mantidos.

8.1.2. As licenças deverão garantir o acesso a novas versões dos produtos relacionados, bem como todas as atualizações de segurança e pacotes de correção de problemas, durante o período contratado.

8.1.3. Para as licenças adquiridas ou novas versões, deverá ser fornecida no mínimo, uma mídia original de instalação do software ou o link para acesso as mesmas para download por meio da rede mundial de computadores (Internet).

8.1.4. A CONTRATADA para o fornecimento dos programas de computador deve comprovar que está apta a fornecer os mesmos através de carta do fabricante, e atestando tal condição.

8.1.5. É estratégico que a CONTRATADA realize a capacitação, uma vez que é necessário que esta atividade seja coordenada e os seus conteúdos, cronograma e metodologia sincronizados e adequados para um único objetivo, que é o repasse de conhecimento para absorção da nova tecnologia BIM.

8.1.6. A capacitação se dará na modalidade EAD para servidores indicados pela DEA e pelos GTED, nos softwares AutoCAD, Revit Arquitetura Básico, Revit Estrutura, Revit MEP Hidrossanitário e Incêndio, Revit MEP Elétrico e Mecânico, Revit Avançado, AutoCAD Civil 3D, InfraWorks, NavisWorks e compatibilização das disciplinas envolvidas, para cada licença adquirida, pelo período de 12 (doze) meses, com Certificados de participação.

8.2. Quantidade mínima de serviços para comparação e controle

8.2.1. Não aplicável.

8.3. Mecanismos formais de comunicação

8.3.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, ao qual caberá responder pela fiel execução dos serviços contratados, bem como comparecer à CONTRATANTE sempre que convocado.

I. Para evitar que a CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

II. Para a execução do objeto deste Termo de Referência serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

a. Função de comunicação 1: Autorizar a execução do Contrato.

1. Documento: Ordem de Serviço (OS).
2. Destinatário: CONTRATADA.
3. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
4. Periodicidade: Sob demanda.

b. Função de comunicação 2: Abertura de chamados de suporte técnico e garantia de funcionamento.

1. Documento: Solicitação de abertura de chamado de suporte técnico e garantia de funcionamento.
2. Emissor: CONTRATANTE.
3. Destinatário: CONTRATADA.
4. Meio: E-mail, telefone e/ou sítio na Internet.
5. Periodicidade: Sob demanda.

c. Função de comunicação 3: Registro das reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

1. Documento: Ata de Reunião.
2. Emissor: CONTRATANTE.
3. Destinatário: CONTRATADA.
4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
5. Periodicidade: Sob demanda.

d. Função de comunicação 4: Registro de cada solicitação de suporte técnico ou garantia de funcionamento feita pela CONTRATANTE.

1. Documento: Relatório de Atendimento Técnico.
2. Emissor: CONTRATADA.
3. Destinatário: CONTRATANTE.
4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
5. Periodicidade: Após cada chamado.

e. Função de comunicação 5: Registro das visitas realizadas pelos técnicos da CONTRATADA.

1. Documento: Relatório de Visita.
2. Emissor: CONTRATADA.
3. Destinatário: CONTRATANTE.
4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
5. Periodicidade: Após a realização dos serviços de garantia de funcionamento.

f. Função de comunicação 6: Dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos acerca de itens presentes no contrato firmado.

1. Documento: Ofício.
2. Emissor: CONTRATADA.
3. Destinatário: CONTRATANTE.
4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
5. Periodicidade: Sob demanda.

g. Função de comunicação 7: Confirmação da conclusão do atendimento ou chamado técnico.

1. Documento: “De acordo” da conclusão de chamado ou atendimento técnico.
2. Destinatário: CONTRATADA.
3. Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento.
4. Periodicidade: Sob demanda.

h. Função de comunicação 8: Acusar o recebimento provisório do objeto da contratação.

1. Documento: Termo de Recebimento Provisório.
 2. Emissor: Fiscal Técnico.
 3. Destinatário: Gestor do Contrato.
 4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 5. Periodicidade: Sob demanda.
- i. Função de comunicação 9: Atestar a qualidade do objeto da contratação.
1. Documento: Termo de Avaliação de Qualidade.
 2. Emissor: Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante.
 3. Destinatário: Gestor do contrato.
 4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 5. Periodicidade: Sob demanda.
- j. Função de comunicação 10: Acusar o recebimento definitivo do objeto da contratação.
1. Documento: Termo de Recebimento Definitivo.
 2. Emissor: Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante (CONTRATANTE).
 3. Destinatário: CONTRATADA.
 4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 5. Periodicidade: Sob demanda.
- k. Função de comunicação 11: Comunicar autorização para faturamento.
1. Documento: Autorização para faturamento.
 2. Emissor: Gestor do Contrato (CONTRATANTE).
 3. Destinatário: CONTRATADA.
 4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 5. Periodicidade: Sob demanda.
- l. Função de comunicação 12: Receber notas fiscais/fatura.
1. Documento: Nota Fiscal/Fatura.
 2. Emissor: CONTRATADA.
 3. Destinatário: Fiscal Administrativo (CONTRATANTE).
 4. Meio: Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 5. Periodicidade: Sob demanda.
- m. Função de comunicação 13: Comunicar pagamento.
1. Documento: Notificação de pagamento.
 2. Emissor: Gestor do Contrato (CONTRATANTE).
 3. Destinatário: CONTRATADA.
 4. Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada.
 5. Periodicidade: Sob demanda.

III. Demais documentos a serem apresentados pela CONTRATADA quando da assinatura do contrato.

8.4. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

8.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

8.4.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexo II - Termo de Ciência (15895565) e Anexo III - Termo de Compromisso (15895567).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. Critérios de Aceitação**9.1.1. Da Qualificação Técnica**

- a) A empresa Licitante deverá apresentar comprovação de que é revenda autorizada Autodesk, possuindo, no mínimo, nível “Gold” junto ao fabricante, dada a complexidade que o objeto requer.
- b) Na eventualidade da empresa vencedora desta licitação não ser o fabricante dos softwares, esta deverá apresentar declaração do fabricante garantindo a condição de comercialização dos produtos/prestação de serviço que compõem o objeto deste certame.
- c) A LICITANTE deverá comprovar através de atestado ou certificados emitidos pela Autodesk, exigindo: Centro de Treinamento Autodesk (Authorized Training Center) e Autodesk Partner.
- d) Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em favor da empresa licitante, comprovando que a licitante tenha executado satisfatoriamente projetos de Consultoria Técnica em Projeto Piloto do BIM, juntamente com o fornecimento de licenças AEC (Architecture Engineering Construction Collection).
- e) A LICITANTE deverá apresentar comprovação de possuir capital social, ou patrimônio líquido, mínimo de 3% (três por cento) do valor do contrato. Esta exigência tem por objetivo a classificação de empresas que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado.

9.1.2. Do Recebimento

- a) As licenças serão recebidas nas instalações da CONTRATANTE conforme quantitativo descrito no item 2.6.
- b) Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade do produto com as especificações técnicas exigidas no edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA, a coordenação responsável emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.
- c) Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO.
- d) Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA terá o prazo de entrega até 20 (vinte) dias para entregar as licenças, conforme quantidade solicitada pelo CONTRATANTE, após recebimento do empenho pelo fornecedor, e de todas as informações e documentações necessárias por parte da CONTRATANTE.
- e) A entrega poderá ser realizada por meio digital (download ou outros), de forma segura através de credenciais de acesso restrita ao uso da CONTRATADA, por correio ou transportadora.
- f) A capacitação terá início após 15 (quinze) dias da comunicação oficial feita pela CONTRATANTE a CONTRATADA.
- g) Os treinandos que farão os cursos EaDs serão identificados nominalmente pela PF.
- h) Os vídeos deverão ser confeccionados por profissionais certificados pelo fabricante, para uso exclusivo na modalidade EAD, sendo vedada a gravação de aulas presenciais para elaboração.
- i) A empresa Contratada deverá disponibilizar endereço de e-mail para retirada de dúvidas sobre o conteúdo ministrado.
- j) Cada EaD deverá disponibilizar apostila, em formato PDF, com o conteúdo explanado.
- k) Os cursos EaDs visam permitir a introdução do conceito BIM aos colaboradores da PF por meio do desenvolvimento de um Projeto Modelo que demonstre os usos da metodologia BIM.
- l) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- m) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- n) Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- o) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- p) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.2. Procedimentos de Teste e Inspeção

- 9.2.1. A CONTRATANTE procederá a avaliação de qualidade, comparando suas características de software com as especificações contidas em Edital e seus anexos e declarada pelo licitante em sua documentação técnica.

9.3. Níveis Mínimos de Serviços Exigidos

TABELA 3 - ATENDIMENTO DOS CHAMADOS EM GARANTIA Representa a relação entre o tempo, em dias úteis, para resolução do chamado e as respectivas sanções administrativas aplicáveis para cada caso	
Tempo de Solução ≤ 03 dias (úteis)	Aceito.
Tempo de Solução = 04 dias (úteis)	Advertência – Formalizada
04 dias (úteis) < Tempo de Solução ≤ 06 dias (úteis)	Multa de 3% do valor do objeto por solução de garantia atendida neste prazo.
06 dias (úteis) < Tempo de Solução ≤ 08 dias (úteis)	Multa de 10% do valor do objeto por solução de garantia atendida neste prazo.

A partir do 9º dia útil	Multa de 30% do valor do objeto+ Multa de 1% do valor do objeto por dia de atraso até a entrega da solução (dias corridos contados a partir do registro do incidente/problema). Limitado ao valor total do objeto.
A partir da aplicação da multa do valor total do objeto.	Demais Sanções Administrativas previstas neste Termo de Referência

9.4. Critérios de Sustentabilidade

9.4.1. Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa. Deverá ser apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo de aplicação de penalidade cabível.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------------------------	---

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar, total ou parcialmente, qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. multa moratória conforme descrito abaixo:

14.2.2.1. Até o vigésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,2% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

14.2.2.2. do vigésimo primeiro ao quadragésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,3% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento;

14.2.2.3. do quadragésimo primeiro ao sexagésimo dia de atraso, aplicar-se-á o percentual de 0,5% ao dia sobre o valor da proposta ou da etapa a ser adimplida até a data do efetivo cumprimento.

14.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

14.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

14.3. As sanções previstas nos subitens 14.2.1, 14.2.5, 14.2.6 e 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

14.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

15.1. Na tabela abaixo constam as quantidades desta contratação, com seus respectivos preços máximos admissíveis.

ITENS	DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS	TIPO	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
1	Assinatura de licenças Autodesk Architecture, Engineering and Construction Collection, Usuário Nomeado Standard, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.	Usuário Nomeado Standard	R\$ 27.756,22	un.	50	R\$ 1.387.811,00
Valor total estimado da contratação: R\$ 1.387.811,00 (um milhão, trezentos e oitenta e sete mil, oitocentos e onze reais)						

15.2. A quantidade apresentada encontra-se em conformidade com a demanda das unidades técnicas de engenharia e arquitetura da Polícia Federal.

15.3. A demanda da Polícia Federal está embasada no efetivo de servidores lotados e em atuação no Edifício Sede da PF em Brasília/DF (DEA) e nas Superintendências Regionais (GTED) nos Estados da Federação e enquadra-se no levantamento realizado pela DEA 15913625.

15.4. Os preços máximos admissíveis foram obtidos a partir de propostas comerciais obtidas junto aos possíveis fornecedores e no próprio site da Autodesk.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:
Fonte:
Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
PI:

17. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1. O contrato vigorará por 12 meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**19.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

19.1.1. O regime da execução dos contratos é empreitada por preço global, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

19.1.2. De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço.

19.1.3. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

19.2. Justificativa para a não aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

19.2.1. O estabelecimento de cotas, Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006, inciso III, representará prejuízo ao contexto geral das soluções técnicas aqui propostas. A complexidade de gestão técnica da solução, os critérios de garantia, os acordos de níveis de serviços complexos e ligados a solução, a necessidade de padronização, as políticas de segurança institucional e o gerenciamento remoto da solução, justificam a não aplicação do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006, inciso III, e encontram respaldo no Artigo 49, inciso III da referida Lei.

19.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

19.3.1. A empresa Licitante deverá apresentar comprovação de que é revenda autorizada Autodesk, possuindo, no mínimo, nível “Gold” junto ao fabricante, dada a complexidade que o objeto requer.

19.3.2. Na eventualidade da empresa vencedora desta licitação não ser o fabricante dos softwares, esta deverá apresentar declaração do fabricante garantindo a condição de comercialização dos produtos/prestação de serviço que compõem o objeto deste certame.

19.3.3. A LICITANTE deverá comprovar através de atestado ou certificados emitidos pela Autodesk, exigindo: Centro de Treinamento Autodesk (Authorized Training Center) e Autodesk Partner.

19.3.4. Apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em favor da empresa licitante, comprovando que a licitante tenha executado satisfatoriamente projetos de Consultoria Técnica em Projeto Piloto do BIM, juntamente com o fornecimento de licenças AEC (Architecture Engineering Construction Collection).

19.3.5. A LICITANTE deverá apresentar comprovação de possuir capital social, ou patrimônio líquido, mínimo de 3% (três por cento) do valor do contrato. Esta exigência tem por objetivo a classificação de empresas que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado.

20. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

20.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Documento nº 15906611/2020 - SEPEA/DEA/CGPLAM/DLOG/PF, SEI nº 15906611, de 01 de setembro de 2020.

20.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO			
NOME	MATRÍCULA	LOTAÇÃO	REPRESENTATIVIDADE
BRUNO PACHECO LEITÃO	19.807	DEA/CGPLAM/DLOG/PF	INTEGRANTE REQUISITANTE
ANDRÉ MEDEIROS MOREIRA	12.412	DEA/CGPLAM/DLOG/PF	INTEGRANTE TÉCNICO
RICARDO VITOR DUARTE	1648167	DICON/CGAD/DLOG/PF	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Autoridade Máxima da Área de TIC
WILLIAM MARCEL MURAD Delegado de Polícia Federal Diretor de Tecnologia da Informação e Inovação - DTI/PF

Coordenador-Geral da Área Requisitante

VITOR MORAES SOARES

Delegado de Polícia Federal

Coordenador-Geral de Planejamento e Modernização - CGPLAM/DLOG/PF

Autoridade Competente**ANDRÉ VIANA ANDRADE**

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Administração e Logística Policial - DLOG/PF



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO PACHECO LEITAO, Chefe de Divisão**, em 24/11/2020, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VITOR MORAES SOARES, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 24/11/2020, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE VIANA ANDRADE, Diretor(a)**, em 24/11/2020, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WILLIAM MARCEL MURAD, Diretor(a)**, em 24/11/2020, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE MEDEIROS MOREIRA, Agente Administrativo(a)**, em 25/11/2020, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16842183** e o código CRC **46DBE240**.